

Laudo de antropólogos mostra que o canal da hidrovia no Araguaia vai interferir na localização das aldeias

# ONG cobra estudo ambiental de hidrovia

Esse é o 2º EIA encomendado pela Ahitar. O 1º foi rejeitado pelo Ibama mas, apesar disso, foram liberados recursos para as embarcações

MARÍLIA ASSUNÇÃO

Várias organizações não-governamentais (ONGs) de defesa do meio ambiente e que representam a comunidade indígena xavante do Mato Grosso solicitaram audiência com a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Marília Marreco, para tratar do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Hidrovia Tocantins-Araguaia-Rio das Mortes. As ONGs tiveram a informação de que a entrega do EIA vai ser oficializada no dia 13, embora também tenham sido informadas de que a cópia do estudo já está em poder do Ibama em Brasília. A audiência foi solicitada para o mesmo dia.

As organizações não-governamentais querem publicidade oficial a respeito do assunto para que possam ter acesso a cópias do EIA. Também vão cobrar a realização de audiências públicas para que a sociedade, assim como os indígenas, possam opinar sobre o projeto da hidrovia depois de informados quanto aos impactos ambientais sobre o Rio Araguaia e outros envolvidos pelo empreendimento.

A audiência foi solicitada pelo Instituto Sócioambiental (ISA), que representa os xavantes; pelo Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac); pelo

Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPIN); pela Rede Cerrado e pelo índio Samuel Karajá. Maurício Galinki, diretor-técnico do Cebrac, conta que as organizações foram informadas da entrega do EIA durante o Simpósio Ambientalista do Cerrado, e depois, durante um debate na Televisão Brasil Central, no mês passado, pelo representante da Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia-Rio das Mortes (Ahitar), Carlos Vilela.

A audiência das ONGs com a presidente do Ibama está marcada para o mesmo dia em que o Ministério dos Transportes, órgão superior à Ahitar, formalizaria o EIA. Ontem, entretanto, Carlos Mota Vilela e a assessoria de imprensa do ministério, em Brasília, negaram a O POPULAR que o EIA já esteja em poder do Ibama e que a audiência de formalização seja no dia 13. A assessoria destacou que o EIA está sendo submetido a um estudo preliminar no ministério antes de ser entregue, mas não descartou que a audiência está prestes a acontecer.

Galinki e o jornalista e ambientalista Washington Novaes destacam que as organizações aguardam ansiosas por cópias do EIA para que a sociedade aprofunde o



Laudo integrante do Estudo de Impacto Ambiental revela que empreendimento só significará transtorno para os povos indígenas da região.

debate sobre as consequências da hidrovia. O Cebrac já até enviou um projeto alternativo à União Europeia. Ele visa o financiamento para um plano-piloto de desenvolvimento sustentável para a região abrangida pela hidrovia, como opção econômica, sem oferecer os mesmos perigos e danos. O projeto está em fase final de avaliação.

Esse é o segundo Estudo de Impacto Ambiental sobre a hidrovia encomendado pela Ahitar. O primeiro foi apresentado há mais de um ano e meio, mas foi considerado insuficiente e rejeitado pe-

lo Ibama. A nova versão foi concluída em dezembro de 1998. Mas, apesar de a parte de licenciamento cancer do EIA, os financiamentos para as empresas construírem embarcações já vigora.

Vinte embarcações foram financiadas e doze estavam prontas em um estaleiro em Conceição do Araguaia (PA) em fevereiro. Uma das empresas beneficiadas é a Navibel de São Paulo. A própria

Ahitar previa, há três meses, que as embarcações dela começarão a navegar no final do ano. Mas o trânsito de embarcações pesadas no Araguaia não é novidade mais, já ocorre há alguns meses.

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	O Popular (90)
Data	8/5/99 Pg
Class.	67



## Laudo antropológico aponta risco aos índios

Se prevalecer o EIA, a Ahitar pode iniciar no Araguaia, ainda este ano, as obras de dragagem e, em vários pontos, ações de derrocamento - remoção de rochas para desobstruir o leito. Índios e ambientalistas receiam que esse processo cause danos irreversíveis ao rio. Apesar dos riscos, prefeitos dos municípios que margeiam o Araguaia anseiam pela implantação da hidrovia, argumentando a necessidade de escoar a produção agropecuária, além de apostarem na geração de empregos.

O laudo antropológico que faz parte do EIA, do qual O POPULAR teve acesso a uma súmula, diz que "as operações de derrocamento e dragagem, segundo as conclusões apontadas nos estudos do meio físico e biótico (relativo a um conjunto de seres vivos), não são passíveis de medidas mitigadoras eficazes para minimizar os impactos dessas atividades".

O laudo foi realizado a partir de pesquisa junto aos povos jawaés, carajás, carajás no norte, tapirapés, xavantes, crahôs, crikatis, xerentes, apinayés e bororos - só os xavantes somam mais de 1,6 mil índios. O objetivo era propor medidas mitigadoras aos impactos do empreendimento sobre as nações indígenas, dar subsídios para programas de proteção e monitoramento ambiental das terras indígenas, além de estabelecer medidas compensatórias de médio e lon-

go prazos aos povos indígenas.

Seis antropólogos-consultores trabalharam no laudo, que teve cópias do original protocoladas no Ministério Público Federal, em Brasília, e na Associação Brasileira de Antropólogos, no Rio de Janeiro. Eles indicaram que se não houver alternativas para evitar o assoreamento do antigo canal do Araguaia, o canal da hidrovia pode interferir na localização das aldeias indígenas.

Os antropólogos questionam: "Como negociar com os povos indígenas afetados medidas efetivas que lhes garantam a integridade das terras e programas de médio e longo prazos que compensem os efeitos negativos?". E salientam que a hidrovia vai significar progresso para os não-índios, mas para as comunidades indígenas não quer dizer nada além de transtorno.

No laudo, os antropólogos tiveram o cuidado de recomendar a regularização fundiária das terras indígenas afetadas pelo empreendimento. Também indicaram o estabelecimento de políticas de vigilância e de fiscalização das terras dos índios. Eles ainda recomendaram que os portos não sejam construídos no interior nem em frente às terras indígenas e que sejam construídos muros de contenção nas margens dos trechos dos rios onde se localizam aldeias ou cemitérios e sítios arqueológicos, fartos na região.